

## A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: UM ESTUDO CRONOLÓGICO

Ana Luiza Miranda dos Santos Neves <sup>1</sup>

Charbele Júlia Ferreira Lins <sup>2</sup>

Felipe Barbosa dos Santos <sup>3</sup>

### RESUMO

Abordar a questão da Educação Especial no Brasil é de extrema importância, uma vez que reflete o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Isso se alinha aos princípios fundamentais de direitos humanos e diversidade, promovendo uma transformação profunda na maneira como entendemos e praticamos a educação. Dada a importância temática, este estudo tem como objetivo examinar, em um contexto cronológico, os principais marcos relacionados à educação especial no Brasil até os dias atuais. Partindo da necessidade de compreender a evolução da Educação Especial Inclusiva, essa pesquisa tem como propósito analisar tanto as influências que a Educação Especial exerceu ao longo do século XX, quanto os avanços e retrocessos da Educação Inclusiva no cenário brasileiro contemporâneo. Para alcançar tal objetivo, recorreremos a legislações passadas e vigentes, assim como às contribuições de Mazzotta (2005), Aranha (2005), Ferreira (2006), Jannuzzi (2004) e outros estudiosos que abordaram essa temática. A abordagem metodológica adotada neste estudo é de natureza qualitativa, permitindo uma investigação dos dados através de critérios sistematizados. Assim, nossa pesquisa se baseia em uma metodologia bibliográfica, na qual buscamos coletar informações por meio da leitura das obras dos autores mencionados anteriormente. Entendemos então que a discussão à respeito da Educação Especial proporcionará a oportunidade de reflexão e valorização da diversidade com vistas a promover a sensibilização para as realidades das pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Educação Especial, Inclusão, Inclusão no Brasil, Humanização Educacional.

### INTRODUÇÃO

Ao longo da história, os indivíduos com deficiências enfrentaram o estigma de serem considerados inadequados para participar plenamente da vida em sociedade. Em certos momentos do passado (desde a antiguidade até o século XVII), eles foram alvo de extermínio (um exemplo disso ocorreu na Grécia Antiga) ou foram completamente excluídos do convívio social, sendo colocados em estabelecimentos religiosos ou filantrópicos, onde lhes era negado o acesso à educação. A partir do século XVII, observou-se o surgimento das primeiras tentativas

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, analuiza.neves@ufpe.br ;

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, charbele.flins@ufpe.br;

<sup>3</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, felipe.fb929@gmail.com; ;

e iniciativas de proporcionar educação para pessoas com deficiência. No entanto, esses esforços eram caracterizados por práticas de segregação, fortemente influenciadas por abordagens médicas e pedagógicas, o que resultava no atendimento continuado dentro das mencionadas instituições filantrópicas. (MAZZOTTA, 2002 apud OLIVEIRA, 2009).

No contexto brasileiro, a atenção à educação das pessoas com deficiência ganha destaque no desfecho do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX. Nesse período, o País seguia as mesmas diretrizes, o que indica que esses indivíduos também eram marginalizados do convívio social. Somente no século XX é que a sociedade brasileira começou a implementar ações direcionadas à educação das pessoas com deficiência dentro do sistema escolar. No entanto, por um considerável período, essas ações eram predominantemente executadas em escolas especiais.

Em dias atuais, a educação de pessoas com deficiência vem se tornando um desafio para os profissionais da área educacional. Diante dessa realidade e reconhecendo a importância significativa desse tema, nosso objetivo central é analisar as influências que a Educação Especial exerceu ao longo do século XX, por meio de uma análise histórica. Esta investigação visa lançar luz sobre a trajetória da educação inclusiva especial no Brasil, identificar os avanços e retrocessos ao longo do tempo e, assim, contribuir para o aprimoramento das políticas e práticas inclusivas no sistema educacional brasileiro.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil tem experimentado uma série de marcos e evoluções significativas na área da educação inclusiva. Um dos marcos mais importantes foi a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu o princípio da igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, a qual foi um outro importante marco, destacou a necessidade de inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares.

Um pouco mais tarde, no ano de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aparece fortalecendo o compromisso do país com a inclusão educacional. Tal política enfatiza a importância de se promover adaptações curriculares e pedagógicas para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência. Além disso, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas em 2008, comprometendo-se a promover a inclusão de pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida, incluindo a educação.

Apesar desses avanços, ainda persistem desafios significativos na implementação efetiva da educação inclusiva no Brasil, como a falta de infraestrutura adequada, a formação insuficiente de professores e a necessidade de conscientização da sociedade em geral sobre a

importância da inclusão. Sendo assim, esta pesquisa visa não apenas reconhecer esses marcos, mas também analisar criticamente seu impacto e identificar áreas que requerem melhorias para alcançar uma educação inclusiva verdadeira e abrangente no país.

## **METODOLOGIA**

Em nossa pesquisa buscamos analisar as influências que a Educação Especial exerceu ao longo do século XX, bem como os avanços e retrocessos da Educação Inclusiva no cenário brasileiro contemporâneo, por meio de uma análise histórica. Sendo assim, ela se aproxima da abordagem qualitativa, onde segundo Minayo (2001, p. 22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001 P. 22)

Ainda, segundo a autora supracitada, a pesquisa qualitativa se ocupa com um nível de realidade, o qual não pode ser quantificado, isto é, trabalha com o universo dos signos e significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

Creswell (2007) aponta que a pesquisa qualitativa tem uma natureza essencialmente interpretativa, onde o pesquisador realiza uma análise e interpretação dos dados a partir de uma perspectiva que busca compreender integralmente os fenômenos sociais em estudo, ou seja, “consiste em retirar sentido dos dados do texto” (CRESWELL, 2007 p. 98). Desse modo, “Isso explica por que estudos de pesquisa qualitativa aparecem como visões amplas em vez de microanálises. Quanto mais complexa, interativa e abrangente a narrativa, melhor o estudo qualitativo”. (CRESWELL, 2007 p. 187)

Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p. 57), elucidam que “[...] a busca por dados na investigação leva o pesquisador a percorrer caminhos diversos, isto é, utiliza uma variedade de procedimentos e instrumentos de constituição e análise de dados”. Sendo assim, no que diz respeito aos procedimentos, a nossa pesquisa é de cunho bibliográfico.

A pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador o acesso a conhecimentos já produzidos por outros estudiosos. Sendo assim, para Lakatos e Marconi (2003, p. 183), esse tipo de pesquisa tem como finalidade “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo

o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”.

Prodanov e Freitas, enfatizam que esse tipo de pesquisa faz com que o pesquisador esteja imerso à toda produção escrita sobre a temática a qual está sendo estudada, sendo assim, “Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar”. (PRODANOV e FREITAS, 2013 p. 54).

No que diz respeito aos instrumentos de coleta de dados, optamos por fazer a coleta do material utilizado em uma variedade de fontes, como livros, artigos acadêmicos, teses, e outros materiais escritos. Optamos por realizar a busca livre uma vez que exploramos amplamente as fontes disponíveis para obter uma compreensão mais abrangente da temática.

### **EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: Uma trajetória de avanços e retrocessos**

Em dias atuais, grande vêm sendo o desafio das escolas e docentes contemporâneos para incluir a todos em sala de aula. A história nos mostra que a educação especial no Brasil é advinda de uma trajetória de lutas e marcos de grande importância. O caminho percorrido em prol da educação especial no Brasil é advindo de 4 momentos distintos: a exclusão, segregação, integração e inclusão.

No primeiro momento denominado exclusão, as pessoas com deficiência eram deixadas à margem da sociedade e excluídas, uma vez que não se enquadravam nos padrões da sociedade da época. O segundo momento, segregação, as pessoas com deficiência passaram a ser separadas socialmente das pessoas ditas “normais”, onde os atendimentos aconteciam de modo diferenciados para ambas. Já no terceiro momento, a integração, as pessoas com deficiência passaram a ser incorporadas no ambiente escolar, porém não havia adaptações por parte da escola, na época, cabia a criança se adaptar à escola. O último momento, e mais atual, denominado inclusão, o qual teve início em 1990, ou seja, não muito distante de nossa época (2023), as pessoas com deficiência passaram a ter os mesmos direitos que as pessoas sem deficiência, sobretudo no âmbito escolar. Passaram a conviver ao lado das pessoas ditas “normais” em equidade, a serem respeitadas bem como suas necessidades.

A educação especial à nível mundial começou sua trajetória no século XVI com forte influência médico-pedagógica. Naquela época acreditava-se que era possível educar as pessoas que até aquele momento estavam à margem da sociedade, ou seja, as pessoas que acreditavam não ser educáveis. (MENDES, 2006).

Com influência da tendência Europeia, a educação para pessoas com deficiência no Brasil se dá no final do século XIX. As Santas Casas de Misericórdia tiveram um papel fundamental na educação especial. As mesmas atendiam a pobres, e doentes, onde passaram a atender as crianças abandonadas a partir do ano 1917. Jannuzzi nos diz que

“Pode-se supor que muitas dessas crianças traziam defeitos físicos ou mentais, porquanto as crônicas da época revelam que eram abandonadas em lugares assediados por bichos que muitas vezes as multilavam ou matavam.” (JANNUZZI, 2004. n.p)

Ao atingirem a idade adulta, essas crianças eram taxadas de doentes e alienadas. Com o desenvolvimento da sociedade, em 1854, no Brasil, sob a direção de Benjamin Constant, dá-se a criação do Instituto Meninos Cegos. Três anos depois (1857), cria-se então o Instituto dos Surdos-Mudos. Nesse momento o Brasil passava por uma fase que marcava o crescimento econômico, o poder imperial e os ideários trazidos da Europa, principalmente da França.

Com essas novas ideias, começa-se a lançar luz sob ideias de escolarizar com crianças com deficiência física e mental leves nas escolas da época, uma vez que já sinalizava a nova Constituição de cunho liberal em 1945

Art. 166. A **educação é direito de todos** e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art. 167. O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

Art. 168. A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I – o **ensino primário é obrigatório** e só será dado na língua nacional;

II – o ensino **primário oficial é gratuito para todos**; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos; (BRASIL, 1946, grifo nosso).

Apesar de a CF de 1945 estabelecer a educação enquanto direito de todos e gratuita, antes da década de 60 as classes especiais existentes eram de caráter privado, onde, por serem pagas, dificultava o acesso de todos. Para Ferreira (2006 p. 87) essas classes “[...] acompanhavam, lentamente, a expansão do ensino primário e de seus problemas, tal como o crescente fracasso escolar nas séries iniciais”.

Foi então que, a partir do século XX, por volta dos anos 60, começam a surgir movimentos em prol da educação para todos, advindo de famílias que reivindicavam o direito de matrículas nas instituições públicas. Começa-se então uma longa jornada em prol da educação para todos. Assim, iniciaram-se os primeiros passos em direção à educação de todos. No entanto, essas ações eram caracterizadas por práticas segregacionistas. Elas eram profundamente influenciadas pela abordagem médico-pedagógica, na qual a assistência médica era integrada às instituições educacionais. (MAZZOTTA, 2005).

Em 1961, a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e traz consigo a visão acerca da educação de “excepcionais”, termo atribuído na época para retratar as pessoas com deficiência. O Art. 88 da referida lei assegura que “A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação, a fim de integrá-los na comunidade”.

Porém as bases iniciais para uma educação equitativa só foram estabelecidas quando a Constituição Federal de 1988 foi promulgada. Nesta constituição, a educação foi reconhecida como um direito universal, garantindo igualdade de oportunidades e acesso à escola para todos os cidadãos. A Constituição do Brasil adotou firmemente o princípio da igualdade como um alicerce fundamental para uma sociedade democrática e justa.

O art. 205, disposto no capítulo III – “Da educação, da cultura e do desporto”, da referida constituição, estabelece que a

educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Além disso, o Artigo 208, Inciso V, da Constituição Federal de 1988 estipula que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1988). Ainda, no mesmo artigo, ao abordar a questão do acesso e permanência dos estudantes, assegura o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Para reforçar o cenário, movimentos internacionais desempenharam um papel fundamental na promoção da educação para todos. Dois eventos de grande importância marcaram uma nova abordagem nessa área. Organizados pela UNESCO com o objetivo de desenvolver estratégias para combater a exclusão e promover uma perspectiva global sobre a educação para todos, esses eventos foram demaseadamente significativos. A Conferência Mundial sobre Educação para Todos (CMET) – (1990), a qual resulta da Declaração de Salamanca e teve como objetivo principal a criação de planos e estratégias para eliminar a exclusão educacional em nível mundial. E a Conferência Mundial sobre Educação Especial - 1994, a qual promoveu uma abordagem inclusiva na educação, enfatizando a importância de atender às necessidades educacionais especiais de todos os alunos.

A partir desses acontecimentos e dos documentos produzidos durante esses eventos, as discussões sobre a educação especial, com uma abordagem inclusiva, tornaram-se mais

proeminentes. Tais discussões trouxeram uma perspectiva renovadora, tanto sobre o conceito de educação para todos, quanto sobre a formação de professores para atender ao alunado da educação especial. A sociedade começou a ter em mente que os professores desempenham um papel central no campo educacional e precisam estar adequadamente capacitados para enfrentar os desafios emergentes na sala de aula, à medida que se evolui em direção a um sistema educacional mais inclusivo.

Dois anos depois, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - 1996 aparece para reforçar a necessidade de inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares e induz o conceito de "educação especial" no sistema educacional brasileiro.

Conforme destacado por Oliveira (2018), a partir de 1996, houve a inclusão de alunos considerados público-alvo da Educação Especial nas escolas regulares, o que resultou em um aumento significativo nas matrículas no sistema de ensino regular.

No que concerne à inclusão de indivíduos com necessidades especiais, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promovida pela ONU em 2006 e posteriormente ratificada pelo Brasil em 2008 através das Emendas Constitucionais nos decretos n. 186/2008 e n. 6.949/2009, é um outro marco importante e estabelece como objetivo primordial a inclusão plena dessas pessoas. Tal convenção estipula que os países signatários devem garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, visando ao máximo desenvolvimento desses indivíduos, tanto no contexto social quanto acadêmico. Em resumo, a convenção determina que a educação das pessoas com deficiência deve ser exclusivamente proporcionada por meio do sistema educacional inclusivo.

No ano de 2007, foram alcançados importantes avanços nessa direção. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada no mesmo ano, transformou-se em lei por meio do Decreto nº 6.949/2009. Essa convenção também serviu como base para a criação do Estatuto das Pessoas com Deficiência, estabelecido pela Lei nº 13.146/2015. Este estatuto aborda os direitos e a busca por uma vida digna para as pessoas com deficiência.

Em 2008, foi promulgada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPE), que estabeleceu como público-alvo da Educação Especial os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Isso representou um passo significativo em direção à inclusão de diferentes perfis de alunos no sistema educacional. Nesse contexto, o marco mais recente em prol da educação de pessoas com deficiência acontece em 2015, onde foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como Lei 13.146/2015, representando outro marco crucial. Essa lei foi criada com o propósito de assegurar de maneira

justa o completo desfrute dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência. Seu objetivo primordial é promover a inclusão social e a cidadania plena desses indivíduos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao nos propormos examinar, em um contexto cronológico, os principais marcos relacionados à educação especial no Brasil até os dias atuais, podemos observar que foram muitos os avanços percorridos em prol da educação especial até os dias atuais. Durante grande parte desse período, pessoas com deficiência eram amplamente excluídas do sistema educacional. Destacavam-se as instituições segregadas, onde a educação era frequentemente inadequada e voltada para a "reabilitação". O reconhecimento da necessidade de promover a igualdade de oportunidades na educação para todos fez com que a Constituição Federal de 1988 representasse um marco importante ao estabelecer o direito à educação inclusiva como um princípio fundamental. Ainda, nos anos 90, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 reforçou a necessidade de inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares.

Com o surgimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPE) em 2008, dá-se início a um novo olhar à respeito da educação para todos, onde se estabelece diretrizes para a inclusão. Um pouco depois, a Promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) em 2015, reforça os direitos e garantias das pessoas com deficiência em várias áreas, incluindo a educação.

Apesar dos avanços legais aqui apresentados, persistem desafios significativos, incluindo a falta de infraestrutura adequada em muitas escolas, a formação insuficiente de professores para lidar com alunos com a educação especial e a necessidade de conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão.

Nos últimos anos, houve avanços significativos na sensibilização da sociedade em relação às questões da educação especial e na melhoria da acessibilidade física e digital em muitas escolas. Porém, o Brasil ainda precisa melhorar nessa direção. Esses resultados ilustram uma jornada complexa e dinâmica da Educação Especial no Brasil, com avanços significativos e desafios contínuos. Para superar os retrocessos e desafios persistentes, é crucial que o Brasil continue investindo em infraestrutura, formação de professores e programas de conscientização.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Este estudo transversalisou um recorte das transformações significativas ocorridas ao longo do tempo para a educação de todos. A evolução da educação, desde a exclusão generalizada até o reconhecimento da educação inclusiva como um direito fundamental, é uma narrativa complexa. O Brasil deu passos importantes, especialmente nas últimas décadas, em direção a uma abordagem mais inclusiva da educação, impulsionado por marcos legais fundamentais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e, mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015. No entanto, desafios persistentes exigem nossa atenção contínua.

A formação adequada de professores, a melhoria da acessibilidade nas escolas e a promoção da conscientização sobre a inclusão são áreas cruciais que requerem intervenção constante. Além disso, a implementação efetiva da educação inclusiva enfrenta obstáculos significativos que precisam ser superados.

Olhando para o futuro, é vital que o Brasil continue a aprimorar sua abordagem à Educação Especial, enfocando a inclusão efetiva de todos os alunos, independentemente de suas necessidades educacionais especiais.

Este estudo buscou elucidar a importância de políticas e práticas que reconheçam a diversidade de necessidades dos alunos e promovam a igualdade de oportunidades no sistema educacional. Em última análise, gostaríamos de salientar que a busca por uma educação inclusiva e equitativa para todos é um objetivo que reflete valores fundamentais de justiça e igualdade. Através do compromisso contínuo com esses princípios, podemos construir um sistema educacional que realmente atenda às necessidades de cada aluno e promova uma sociedade mais inclusiva e justa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada pela Assembléia Constituinte, 1946**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL, L. (1961). **Lei no 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/1961, Página 11429.



CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

JANNUZZI, G. de M. (2004). **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas, SP: Autores Associados.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, Bogotá – Colombia, v. 14, n. 2, p. 55-73, jul./dez. 2015.

MAZZOTTA, M. J. S. (2005). **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas (5.).** São Paulo: Cortez.

MENDES, E. G. (2006). **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, *11*(33), 387–405.

MINAYO, Maria. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Keila. **A prática pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental para alunos com deficiência.** Recife, 2009.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.